

A young child in a blue shirt is holding a piece of burlap fabric. The child's face is partially visible in the background, looking towards the camera. The overall scene is set against a blue background with a white and orange gradient at the bottom.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DAS TRANSIÇÕES EDUCATIVAS

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DAS TRANSIÇÕES EDUCATIVAS

Ademir Benedito dos Santos Junior¹

Adriana Aparecida Rissi dos Santos²

Mara Valeria Patrocinio Samuel³

RESUMO

Este artigo analisa a Educação Infantil como etapa inaugural da Educação Básica, conforme orientações da Base Nacional

1 Doutorando em Educação. Atua como Coordenador Acadêmico no Grupo Cruzeiro do Sul Educacional, responsável pelas graduações em História, Geografia, Filosofia e Teologia. É também professor nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Teologia na Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP). Possui Mestrado em Psicologia Educacional, especializações em Formação de Professores para o Ensino Superior, Formação em Educação a Distância e História, Sociedade e Cultura. É licenciado em Pedagogia, Geografia, História, Filosofia e Sociologia, além de bacharel em História e Teologia, com formação complementar em Empreendedorismo.

2 Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Estácio de Carapicuíba (2011) e pós-graduação em Psicologia Clínica e Institucional pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Atua como professora da Educação Básica, com ênfase nos Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), e no Ensino Superior como tutora e orientadora educacional pelo grupo Ânima Educacional. Possui experiência nas áreas de Educação e Administração Educacional.

3 Mestranda em Educação UNICID (2025) é Pós-graduada em Ensino de Educação à Distância e Fisiologia do Exercício e Treinamento. Graduação em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo (2019); Bacharel e Licenciada em Educação Física pela UNIFIEO (2004). Atuou no Núcleo de Ensino Acadêmico a Distância como tutora na UNIP e Professora no Centro de Mídias do Estado de São Paulo (CMSP). Atualmente como Tutora na Instituição Ânima, Professora Universitária e Formadora de Professores no Centro Multiplica - EFAPE-SEDUC. Possui experiência na área de Educação Física Saúde, Educação Física na área escolar - Coordenação escolar e Ensino à Distância. Produção de Material para aulas do CMSP. Produção de materiais para formação de professores da rede Estadual de São Paulo - SEDUC.



Comum Curricular (BNCC). A pesquisa, fundamentada em revisão de literatura, discute os princípios, objetivos e desafios da implementação da BNCC, destacando a centralidade do brincar e das interações como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. São abordados os cinco campos de experiências propostos pela BNCC, que visam garantir o desenvolvimento integral das crianças. O estudo enfatiza o papel do educador como mediador sensível e intencional, responsável por transformar diretrizes em práticas significativas. Além disso, reflete sobre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, ressaltando a necessidade de planejamento articulado, acolhimento e continuidade pedagógica para evitar rupturas no processo formativo. Conclui-se que a efetivação da BNCC requer formação docente contínua, diálogo entre etapas e condições estruturais adequadas, assegurando uma educação inclusiva, humanizadora e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil - Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Transição Educativa

ABSTRACT

This article analyzes Early Childhood Education as the initial stage of Basic Education, in accordance with the guidelines of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). Based on a literature review, the study discusses the principles, objectives, and challenges of implementing the BNCC, emphasizing the central role of play and social interactions as structuring axes of pedagogical practices. It addresses the five fields of

experience proposed by the BNCC, which aim to ensure the holistic development of children. The paper highlights the educator's role as a sensitive and intentional mediator, responsible for transforming guidelines into meaningful practices. Furthermore, it reflects on the transition from Early Childhood Education to Elementary School, stressing the need for articulated planning, emotional support, and pedagogical continuity to avoid disruptions in the learning process. The study concludes that effective implementation of the BNCC requires continuous teacher training, dialogue between educational stages, and adequate structural conditions, ensuring inclusive, humanizing, and high-quality education.

Keywords: Early Childhood Education - Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) - Educational Transition

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, reconhecida como etapa inaugural da Educação Básica conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), tem assumido papel central nas políticas educacionais brasileiras. Esse protagonismo intensificou-se após sua integração à BNCC, documento normativo que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças desde o nascimento até os cinco anos de idade. Tal diretriz orienta práticas pedagógicas que privilegiam o brincar, as interações sociais e a promoção do desenvolvimento integral, assegurando uma formação que articula dimensões cognitivas, afetivas e sociais.



Nesse contexto, a presente investigação propõe-se a examinar os fundamentos teóricos e as implicações práticas da BNCC para a Educação Infantil, considerando contribuições de diferentes pesquisadores que problematizam essa temática. O estudo busca compreender como os princípios estabelecidos pelo documento se materializam nas práticas educativas e quais desafios emergem na implementação dessas orientações.

MÉTODOS

138

De acordo com Flicker (2013), a revisão de literatura é uma etapa fundamental na construção de trabalhos acadêmicos, especialmente em pesquisas científicas, pois permite ao pesquisador conhecer o estado da arte sobre o tema investigado, identificar lacunas no conhecimento e fundamentar teoricamente sua proposta.

A revisão de literatura, de acordo com Gil (2008) é uma etapa fundamental na construção de trabalhos acadêmicos, por permitir que o pesquisador conheça o tema a abordar, identificar lacunas no conhecimento e fundamentar teoricamente sua proposta. Ainda nesse sentido, Lakatos e Marconi (2010) explicam que a revisão teórica reúne o conhecimento já produzido e contribui para direcionar o estudo.

Segundo as professoras Lakatos e Marconi (2003), trata-se de um processo sistemático de levantamento, análise e interpretação de publicações relevantes, como

livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Ainda nesse sentido, explicam que a revisão teórica reúne o conhecimento já produzido e contribui para direcionar o estudo.

Existem diferentes tipos de revisão de literatura, e para esta pesquisa, optou-se pela revisão de literatura, isto é, que foca na análise de obras já publicadas, com o objetivo de embasar teoricamente a pesquisa, como a publicação de artigos Severino (2013).

No contexto deste artigo, a revisão de literatura foi realizada com base em obras que discutem criticamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações na Educação Infantil, como os trabalhos de Kramer (2006), Kishimoto (2018), Estachski (2018) e Souza (2020).

Esses autores oferecem diferentes perspectivas sobre os fundamentos políticos, pedagógicos e sociais da BNCC, bem como sobre os desafios de sua implementação em contextos marcados por tensões ideológicas e políticas públicas de cunho neoliberal.

A análise dos textos priorizou extrair elementos que subsidiassem a discussão sobre os fundamentos, práticas pedagógicas e o papel do educador na Educação Infantil

Assim, a revisão de literatura neste estudo não apenas fundamenta teoricamente a análise, mas também contribui para a construção de uma visão crítica e contextualizada sobre os desafios e possibilidades da implementação da BNCC na primeira etapa da Educação Básica (Prodanov; Freitas, 2013).



ABNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E O PAPEL DO EDUCADOR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco normativo na educação brasileira, estabelecendo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos.

Na Educação Infantil, a BNCC tem como objetivo garantir que crianças de zero a cinco anos tenham acesso a experiências educativas significativas que promovam seu desenvolvimento integral, físico, emocional, social, cognitivo e simbólico. Essa proposta, como discutem Cury, Reis e Zanardi (2018), insere-se em um contexto de busca por uma padronização curricular que, ao mesmo tempo, enfrenta dilemas relacionados à diversidade e à autonomia pedagógica.

Os autores analisam criticamente o processo de formulação e implementação da BNCC, destacando os fundamentos políticos, pedagógicos e sociais envolvidos. Eles alertam para os riscos de uma padronização que possa limitar a criatividade pedagógica e a autonomia das escolas, além de evidenciar as disputas ideológicas e tensões entre o campo técnico e político.

Além disso, Kramer (2006) ressalta que políticas curriculares nacionais, como a BNCC, devem reconhecer a diversidade das infâncias e evitar reducionismos que desconsiderem o contexto sociocultural das crianças e das instituições.

Vale destacar que não há possibilidade de tratar a Educação Infantil apenas como um período preparatório

para o Ensino Fundamental, reduzindo a importância e o papel da infância na vida do indivíduo.

OBJETIVOS DA BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O propósito central da BNCC na Educação Infantil é promover o desenvolvimento pleno das crianças, considerando suas múltiplas dimensões. A proposta valoriza experiências fundamentadas nas interações e nas brincadeiras, reconhecendo a criança como protagonista do processo de aprendizagem.

Essa valorização da criança como sujeito ativo de sua aprendizagem está alinhada à concepção de responsabilidade integral defendida por Nicolau (2019), que enfatiza a importância de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade e a integralidade do ser infantil. Nicolau propõe uma leitura da BNCC à luz da Pedagogia da Responsabilidade Integral, compreendendo o processo educativo como espaço de formação humana plena, ética e afetiva.

Kishimoto (2018) destaca que a BNCC reafirma o verdadeiro papel da brincadeira conhecido como eixo estruturante das práticas pedagógicas na Educação Infantil, sendo que, por meio dela, o conhecimento da criança é construído e a partir daí, desenvolve sua autonomia se tornando o protagonista do seu próprio processo educativo.

Ela destaca que a BNCC deve ser aplicada com sensibilidade e contextualização, evitando abordagens tecnicistas e promovendo uma educação humanizadora e comprometida com o desenvolvimento integral.



EIXOS ESTRUTURANTES: INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS

Os eixos estruturantes da BNCC para a Educação Infantil são as interações e as brincadeiras, considerados fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças.

O eixo das interações destaca a importância das relações estabelecidas com colegas adultos, espaços e objetos, promovendo a construção da identidade e o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Já o brincar é reconhecido como a principal forma de expressão e aprendizagem, favorecendo habilidades motoras, linguísticas e emocionais.

142

De acordo com Kishimoto (2018), as brincadeiras e as interações das crianças estabelecem o núcleo fundamental das práticas na Educação Infantil, pois são circunstâncias nas quais a criança explora, usa a imaginação, cria situações e constrói significados sobre ela mesma e o mundo que a cerca, desenvolvendo-se de forma integral.

No entanto, como apontam Nagashima e Zanatta (2020), é necessário refletir criticamente sobre como essas diretrizes são implementadas em um cenário marcado por políticas educacionais influenciadas por lógicas neoliberais.

Os autores argumentam que, embora a BNCC se apresente como um instrumento de democratização da aprendizagem, sua elaboração e implementação foram marcadas por interesses econômicos e políticos que reforçam a centralização curricular e o controle sobre o trabalho docente, podendo comprometer a efetividade das propostas da BNCC.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

Na etapa da Educação Infantil, o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças é orientado por dois eixos fundamentais: as interações e o brincar. Esses elementos asseguram direitos essenciais, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e construir a própria identidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estrutura o currículo dessa fase em cinco campos de experiências, que definem objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, articulando práticas pedagógicas às vivências cotidianas e aos saberes infantis, em diálogo com o patrimônio cultural.

A concepção desses campos de experiências tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que orientam a ação pedagógica a partir dos conhecimentos indispensáveis às crianças. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil são um documento normativo que orienta a organização, a gestão e as práticas pedagógicas das instituições de Educação Infantil no Brasil.

Nesse sentido, a BNCC organiza a Educação Infantil nos seguintes campos:

a. O eu, o outro e o nós – Por meio da interação com adultos e pares, as crianças elaboram modos próprios de agir, sentir e pensar, reconhecendo-se como sujeitos singulares e sociais. As primeiras experiências coletivas possibilitam a compreensão da diversidade de pessoas, valores e formas de vida, promovendo respeito às diferenças e fortalecimento da identidade pessoal e coletiva.



b. Corpo, gestos e movimentos – Desde cedo, o corpo é instrumento de exploração e produção de conhecimento. Linguagens corporais como música, dança, teatro e brincadeiras permitem expressar emoções e ideias. A escola deve oferecer experiências que ampliem repertórios motores e expressivos, valorizando o corpo como espaço de liberdade e autonomia.

c. Traços, sons, cores e formas – A aproximação com manifestações artísticas, culturais e científicas favorece sensibilidade e criatividade. Atividades com artes visuais, música, dança e recursos audiovisuais estimulam autoria, imaginação e expressão, desenvolvendo senso estético e crítico.

d. Escuta, fala, pensamento e imaginação – A comunicação inicia-se desde o nascimento e evolui com a apropriação da língua materna. É essencial criar situações que promovam diálogo, escuta e práticas orais, além de incentivar o contato com a cultura escrita, respeitando curiosidades e saberes prévios, para despertar o gosto pela leitura e pela literatura.

e. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – Inseridas em diferentes contextos, as crianças buscam compreender fenômenos naturais e sociais, explorando relações espaciais, temporais e conceitos matemáticos básicos. Cabe à Educação Infantil proporcionar experiências investigativas que estimulem a formulação de hipóteses e a construção de explicações sobre o mundo.

Assim, os campos de experiências constituem uma organização curricular que integra cuidado e educação,

reconhecendo a criança como sujeito histórico, ativo e produtor de cultura.

Essa estrutura valoriza a diversidade de vivências e a formação integral, garantindo ambientes acolhedores e desafiadores que assegurem o direito de aprender, brincar, conviver e se desenvolver.

Kramer (2020) afirma que os campos de experiências são considerados um avanço por valorizarem e ressignificarem as interações e o brincar, mas alerta que interpretações muito simples e ainda não precisas podem ignorar a complexidade do trabalho pedagógico.

O PAPEL DO EDUCADOR NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

O educador é peça-chave na efetivação da BNCC na Educação Infantil. Cabe a ele transformar as diretrizes do documento em práticas pedagógicas significativas, planejando e mediando experiências que respeitem as especificidades de cada faixa etária. O professor deve ser um observador atento e um mediador sensível, criando ambientes acolhedores e estimulantes que favoreçam a aprendizagem por meio das interações e brincadeiras.

Além disso, é responsável pelo planejamento intencional, pela avaliação contínua e pela formação ética e cidadã das crianças, contribuindo para uma educação inclusiva, humanizadora e de qualidade.

Nesse sentido, como destacam Cury et al. (2018), o papel do educador é essencial para garantir que a BNCC



não se torne apenas um instrumento normativo, mas sim uma ferramenta de transformação pedagógica. Ao mesmo tempo, é preciso estar atento às implicações das políticas educacionais vigentes, como alertam Branco et al. (2020), que apontam para os desafios da implementação da BNCC em um contexto de racionalização e tecnicismo.

Nicolau (2019) reforça que o educador deve assumir uma postura ética de corresponsabilidade pelo desenvolvimento das crianças, respeitando suas singularidades e ritmos, e transformando as diretrizes da BNCC em experiências educativas significativas.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Até a década de 1980, a expressão “educação pré-escolar” indicava a compreensão de que a Educação Infantil era apenas uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental, situada fora da educação formal.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos tornou-se dever do Estado. Posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, a Educação Infantil passou a integrar a Educação Básica, no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Após a alteração da LDB em 2006, que antecipou o ingresso no Ensino Fundamental para os seis anos de idade, a Educação Infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos.

A obrigatoriedade dessa etapa foi consolidada com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que tornou obrigatória a matrícula de crianças de quatro e cinco anos, o que foi incorporado à LDB em 2013. A inclusão da Educação Infantil na BNCC representou um avanço na consolidação dessa etapa como parte essencial da Educação Básica.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil constitui o início do processo educacional e o alicerce para os aprendizados posteriores. A entrada na creche ou na pré-escola representa, para muitas crianças, o primeiro contato com um ambiente estruturado de socialização.

Nas últimas décadas, consolidou-se a concepção que une educar e cuidar, reconhecendo o cuidado como parte indissociável do processo educativo. Assim, as instituições de Educação Infantil, ao acolher as experiências trazidas das famílias e comunidades, devem ampliar o universo cultural e social das crianças, diversificando suas aprendizagens e atuando de modo complementar à educação familiar, especialmente no caso dos bebês e das crianças bem pequenas, cujas aprendizagens envolvem aspectos de socialização, autonomia e comunicação.

A parceria entre família e instituição escolar é essencial para o desenvolvimento infantil. O diálogo e o compartilhamento de responsabilidades fortalecem o processo educativo e valorizam as culturas plurais presentes nas comunidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) definem



a criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações e práticas cotidianas, constrói sua identidade, aprende, imagina, brinca, observa e produz cultura.

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, segundo o Art. 9º das DCNEI, são as interações e as brincadeiras, por meio das quais as crianças se apropriam de conhecimentos e desenvolvem-se integralmente.

A interação durante o brincar é central na infância, pois permite a expressão de afetos, a mediação de frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Em consonância com as competências gerais da BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantem às crianças oportunidades de aprendizado ativo e significativo: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Esses direitos asseguram que as crianças aprendam em contextos desafiadores, construindo significados sobre si, os outros e o mundo. A concepção de criança adotada pela BNCC reconhece seu papel como sujeito que observa, questiona, levanta hipóteses, faz julgamentos e constrói conhecimento por meio das interações com o meio físico e social.

As práticas pedagógicas da Educação Infantil devem ter intencionalidade educativa, planejada e mediada pelo educador, que propõe experiências que possibilitem às crianças conhecerem a si mesmas, aos outros e ao ambiente natural e cultural. Essas práticas envolvem cuidados pessoais, brincadeiras, experimentações, literatura e convivência.

O papel do educador é refletir, selecionar, organizar e monitorar as interações e atividades, promovendo a pluralidade de situações que estimulem o desenvolvimento integral. Por fim, o acompanhamento contínuo das aprendizagens deve ocorrer por meio da observação e do registro das trajetórias individuais e coletivas das crianças, principalmente em relatórios, portfólios, desenhos, fotografias e textos, que não seja em caráter classificatório.

O objetivo é reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças, respeitando seus ritmos e potencialidades. Assim, a BNCC consolida a Educação Infantil como a base de uma formação integral, que valoriza o brincar, a convivência, o cuidado e o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria aprendizagem.

Como afirma Kramer (2011), a consolidação da Educação Infantil como direito social representou uma ruptura com a visão assistencialista e preparatória, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e a instituição como espaço educativo.

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental constitui um momento sensível no percurso educacional das crianças e requer atenção especial por parte das instituições e dos docentes. Essa passagem precisa ocorrer de forma planejada, respeitando o ritmo, as singularidades e as experiências prévias das crianças,



de modo a garantir integração, continuidade e coerência pedagógica entre as duas etapas da Educação Básica.

O objetivo central é assegurar que o ingresso no Ensino Fundamental não represente uma ruptura, mas sim uma ampliação das experiências e aprendizagens vivenciadas na Educação Infantil, em um ambiente que preserve o acolhimento, o brincar, a curiosidade e a afetividade como dimensões essenciais do aprender.

Para que essa continuidade se concretize, é necessário estabelecer estratégias de transição que envolvam tanto as crianças quanto os professores. A troca de informações entre as equipes pedagógicas, a análise de relatórios, portfólios e registros de observação, bem como a realização de encontros e visitas entre docentes das duas etapas, são práticas fundamentais para compreender a trajetória formativa e as conquistas individuais de cada criança.

Tais ações possibilitam que o trabalho no Ensino Fundamental parta do que a criança já sabe e é capaz de fazer, evitando retrocessos e respeitando a lógica de desenvolvimento infantil. Assim, a escola torna-se um espaço de continuidade educativa, em que as novas aprendizagens se articulam com as experiências já consolidadas, fortalecendo a construção de significados e o prazer pelo conhecimento.

Além do planejamento pedagógico, a transição requer acolhimento afetivo e emocional, pois a mudança de ambiente, de professores e de rotina pode gerar insegurança e ansiedade. O papel do educador é mediar esse processo, criando vínculos e oferecendo segurança emocional para

que as crianças se adaptem à nova etapa com confiança.

O equilíbrio entre as novidades e a preservação de práticas significativas da Educação Infantil, bem como a ludicidade, a escuta ativa e a valorização das expressões infantis. É essencial para que o Ensino Fundamental mantenha o caráter investigativo, criativo e participativo da aprendizagem.

Dessa forma, evita-se a fragmentação entre cuidar e educar, assegurando a formação integral do sujeito.

Nessa perspectiva, a BNCC orienta que a transição deve considerar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências da Educação Infantil como base para o planejamento inicial do Ensino Fundamental.

A seguir, apresenta-se a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo, que servem como referenciais de continuidade, e não como pré-requisitos ou critérios de seleção para o ingresso na etapa seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental constitui um momento decisivo na trajetória escolar das crianças e deve ser conduzida de forma planejada, acolhedora e intencional.

Essa transição, quando orientada por práticas pedagógicas sensíveis e fundamentadas, assegura a continuidade dos processos de aprendizagem, preserva a história educativa de cada criança e fortalece os vínculos entre as etapas da Educação Básica.



Além disso, promove o protagonismo infantil e garante condições de equidade no acesso e na permanência escolar, reafirmando o compromisso com uma educação que respeita ritmos, singularidades e diversidade.

Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco normativo que consolida a Educação Infantil como parte integrante da Educação Básica.

Ao reconhecer a criança como sujeito histórico, ativo e portador de direitos, a BNCC propõe uma abordagem pedagógica centrada nas interações e no brincar, compreendendo o desenvolvimento infantil em suas múltiplas dimensões, sendo conhecidas como física, cognitiva, social, emocional e simbólica.

Essa perspectiva orienta práticas que articulam cuidado e educação, garantindo experiências significativas e contextualizadas.

A organização curricular por campos de experiências, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como a atuação do educador como mediador intencional e sensível, configuram elementos fundamentais para uma educação humanizadora e inclusiva.

A transição entre as etapas, portanto, exige planejamento articulado, escuta ativa e acolhimento, de modo a assegurar a continuidade dos processos formativos e respeitar as especificidades de cada criança.

A análise crítica da BNCC, à luz das contribuições de autores como Cury, Reis e Zanardi (2018), Branco et

al. (2020) e Nicolau (2019), evidencia desafios e dilemas relacionados à sua implementação, especialmente em contextos permeados por tensões políticas e pela influência de modelos neoliberais.

Tais reflexões reforçam a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da infância e com a construção de experiências educativas significativas, capazes de promover a formação integral.

Diante desse panorama, torna-se imprescindível investir na formação continuada dos profissionais da educação, fomentar o diálogo entre as etapas da Educação Básica e garantir condições estruturais e pedagógicas adequadas.

Somente assim a BNCC poderá cumprir sua função como instrumento de garantia de direitos e de promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todas as crianças.

Em síntese, este artigo discutiu a importância da transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, destacando a necessidade de que esse processo seja planejado, acolhedor e intencional, garantindo a continuidade das aprendizagens e respeitando as singularidades das crianças.

A análise evidenciou o papel da BNCC como marco normativo que consolida a Educação Infantil na estrutura da Educação Básica, propondo uma abordagem centrada nas interações, no brincar e no desenvolvimento integral.

Ao mesmo tempo, foram apontados desafios relacionados à implementação do documento, especialmente



em contextos permeados por tensões políticas e influências de modelos neoliberais.

Diante disso, reafirma-se a urgência de fortalecer a formação docente, promover o diálogo entre as etapas e assegurar condições pedagógicas e estruturais adequadas, de modo que a BNCC cumpra sua função como instrumento de garantia de direitos e de promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as crianças.

REFERÊNCIAS

154

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009.

DE SOUZA, Paulo Henrique. **BNCC no chão da sala de aula: O que as escolas podem aprender a fazer com as 10 competências?** Cengage Learning Brasil, 2020.

ESTACHSKI, Joice. **Fundamentos e organização da educação infantil e do ensino fundamental**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso Editora Ltda, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar na Educação**

Infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade.** A política do pré-escolar no Brasil: a arte do possível. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil.** 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAABE, André. **Currículo de referência em tecnologia e computação: da educação infantil ao ensino fundamental.** 2. ed. São Paulo: CIEB, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Marcos. **Sala de Aula Interativa.** São Paulo: Loyola, 2003.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Porto Alegre: Penso, 2014.

